

EDUCAR É MUITO SIMPLES, UAI

01 MAI 1996

CORREIO BRAZILIENSE

Sylvio Costa e
Wanderlei Pozzembom (fotos)

Grande parte das 825 crianças e adolescentes que estudam na escola pública estadual Guaraná Menezes, na favela Morro Papagaio, em Belo Horizonte, trabalha fora para ajudar a família. Outros fazem como Alessandra Simone de Oliveira, 10 anos, estudante da 4ª série. De manhã, ela vai para a escola. À tarde, enquanto a mãe (faxineira) e o pai (auxiliar de cozinha) trabalham, ela cuida da casa e dos dois irmãos menores. "Em casa, faço tudo. Só não cozinho, porque tenho medo de me queimar", conta, timidamente, os olhos verdes fixos em algum ponto distante.

O desafio nesta e nas 6.149 demais escolas da rede estadual de Minas Gerais é manter na sala de aula alunos sem tempo para os deveres de casa que ocupam as crianças mais ricas. Ou porque trabalham fora ou por falta de estímulo no ambiente familiar. A grande questão é, portanto, afugentar o maior fantasma da educação básica no Brasil: a evasão escolar.

Especialistas não têm dúvidas de que é ela, a evasão, uma das causas da pobreza crônica em que vive o grosso da população do país. A história é conhecida: filhos imitam pais que mal assinam o nome, e repassam para os netos uma tradição familiar de baixa qualificação educacional e poucas perspectivas em termos de trabalho e remuneração.

Em Minas, zona de transição entre o Nordeste pobre e o Sudeste rico, essa pobreza afeta e é afetada pelo sistema de ensino oficial. Nada menos que 77% dos pais dos 3,2 milhões de alunos da rede estadual têm renda familiar igual ou inferior a R\$ 500.

Embora a esquerda reivindique o monopólio da bandeira da desconcentração de renda, coube a um governo conservador iniciar o que talvez seja o mais amplo e conseqüente programa já implantado no Brasil para combater a evasão escolar. Lançado pelo governador Hélio Garcia (PTB) em 1991 e aperfeiçoado pelo atual governador, Eduardo Azevedo (PSDB), o programa foi formulado por alguém que petistas empedernidos chamariam de "capitalista do ensino".

De fato, Walfrido dos Mares Guia, secretário de Educação de Garcia e hoje vice-governador do estado, enriqueceu montando uma rede (Pitágoras) de 19 escolas em funcionamento em nove estados brasileiros. Pouco importa. O fato é que o programa, agraciado pela Unicef com o prêmio Criança e Paz, é um sucesso.



Na Escola Estadual Guaraná Menezes, no Morro Papagaio, o índice de repetência foi de apenas 10%. O colegiado que administra a escola vai buscar em casa o aluno que faltar às aulas

CULINÁRIA MINEIRA

Em 1991, de cada 100 estudantes de 1º grau, só 38 concluíram a 8ª série. Em 1995, esse número saltou para 49. A batalha contra a evasão tem sido, principalmente, uma batalha contra a repetência.

"Quem abandona a escola é quem já repetiu o ano ou tem medo de repetir", explica a secretária de Educação de Minas, Ana Luiza Machado Pinheiro. "E a repetência ocorre por duas razões: a má qualidade do ensino e uma cultura repressiva que leva pais e professores a acharem boa a reprovação, supondo erroneamente que o filho vai aprender mais, mesmo quando ele é reprovado por meio ponto. Na verdade, a reprovação só afasta mais o aluno da escola."

Pensando assim, o governo mineiro soube agir. Em 1991, o índice de re-

petência era de 43,2%. Em 1995, foi de 18,2%. O programa é, acima de tudo, a combinação de providências simples que sucessivos governos já absorveram no discurso mas que, raramente, passam da retórica à prática. O seu conteúdo lembra, na simplicidade, os ingredientes de um daqueles saborosos pratos da culinária mineira, como um bom tutu de feijão.

Em vez de construir Ciacs ou partir para soluções espetaculares, iniciou-se, por exemplo, um programa sistemático de treinamento de funcionários e de todos os quase 100 mil professores da rede estadual, recentemente reforçado por um empréstimo de US\$ 150 milhões do Banco Mundial e por mais US\$ 152 milhões dos cofres estaduais.

Foi criado um sistema permanente de avaliação da qualidade do ensino. Buscou-se maior integração com os municípios, até para evitar a repeti-

ção de um fato corriqueiro no passado: a construção de escolas municipais e estaduais no mesmo quarteirão. Cada escola conquistou autonomia para, respeitados o currículo mínimo e as diretrizes estaduais, definir o seu calendário, as técnicas de ensino, e para administrar o pessoal e movimentar recursos.

LEI ROBIN HOOD

Várias escolas, incluindo a Guaraná Menezes (onde o índice de repetência no ano passado foi de apenas 10%), começaram a procurar em casa o aluno que deixa de frequentar o colégio para evitar a evasão. Constituiu-se, em cada escola, um colegiado — com a participação de pais, alunos e professores — para elaborar e acompanhar a implantação do projeto pedagógico da

escola, e para deliberar sobre outras questões, como a expulsão de um professor de uma escola de Belo Horizonte que chamou um aluno de "crioulo safado".

Municípios com maior volume de investimento em educação passaram a ser premiados com repasses mais elevados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A mudança foi consagrada no que ficou conhecida como "lei Robin Hood" porque, curiosamente, são os municípios mais pobres os que mais investem em educação. "Já há 180 municípios recebendo recursos adicionais por conta disso", informa, orgulhoso, o governador Azevedo.

E, apesar da reação inicial dos deputados estaduais, acabaram as nomeações políticas de diretores de escolas. Desde o governo Hélio Garcia (aliado político de Azevedo), os diretores são eleitos mas precisam ser

antes aprovados por uma espécie de vestibular que elimina aqueles sem aptidão para o exercício do cargo.

O êxito e o crescente interesse que o programa desperta não impedem que ainda existam mil problemas. Os professores continuam ganhando mal: o piso não passa de ridículos R\$ 255,00. Embora os US\$ 2 bilhões a serem destinados este ano à educação representem 40% do orçamento estadual (a Constituição exige 25%), falta dinheiro para a compra de material didático em algumas escolas. Técnicos queixam-se do fato de as escolas ainda não refletirem em suas atividades a realidade local de um estado marcado por imensas diferenças regionais.

Seja como for, o tutu está pronto para ser servido. Que as limitações e os problemas apontados sejam entendidos como o prato principal, que ainda está por vir.